

CORREIO NACIONAL



Produtos apreendidos são processados em biogás

Itaipu e RF transformam contrabando em energia limpa

Dentro do lado brasileiro da usina hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no Paraná, na fronteira com o Paraguai, funciona uma usina de biogás e biometano. O local, preparado para transformar resíduos orgânicos em energia limpa, já recebeu a visita de carretas da Receita Federal com produtos apreendidos, como feijão e milho.

A ação é fruto de uma parceira do órgão arrecadador de tributos com o Centro Internacional de Energias Renováveis (CI-

Biogás), que opera a biou-sina. O CIBiogás é uma empresa fundada por Itaipu Binacional e voltada a soluções na área de com-bustível limpo.

Além da parceria com a Receita, a biou-sina tem acordos com a Polícia Federal (PF) e Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Essas parcerias dão um destino improvável a mercadorias apreendidas fruto de contraban-do (mercadoria proibida) e descaminho (produtos que entram no país sem pagamento de impostos).

Trabalho essencial

O governo federal publicou na quinta o decreto presidencial 12.562/2025, que regulamenta a lei que criou a Política Nacional de Cuidados, sancionada em dezembro de 2024.

A nova política tem o objetivo de garantir o direito ao cuidado, por meio de políticas públicas que estimulem o comparti-

lhamento das responsabilidades entre homens e mulheres, além do Estado, o setor privado e a sociedade civil.

O decreto vai possibilitar o detalhamento do Plano Nacional de Cuidados para sua plena aplicação. O decreto vai possibilitar o detalhamento do Plano Nacional de Cuidados.

Plástico em placentas

Uma pesquisa pioneira realizada em Maceió (AL) encontrou microplásticos em placentas e cordões umbilicais de bebês nascidos na capital alagoana. Este é o primeiro estudo do tipo realizado na América Latina e o segundo no mundo que conseguiu comprovar a presença dessas partículas em cor-

dões. Os resultados foram publicados nesta sexta-feira (25), na revista Anais da Academia Brasileira de Ciências.

A equipe analisou amostras de dez gestantes do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes e do Hospital da Mulher Dra. Nise da Silveira, em Maceió.

Fibromialgia definida como deficiência

A partir de janeiro de 2026, quem têm fibromialgia passará a ser considerado pessoa com deficiência (PcD). A Lei 15.176, de 2025, que determina a medida, foi publicada nesta quinta-feira (24) no Diário Oficial da União, após ser sancionada sem vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A

aprovação pelo Congresso Nacional ocorreu no último dia 2 de julho.

A norma passa a valer 180 dias após a publicação.

A fibromialgia é uma síndrome que provoca dores nos músculos, nas articulações, tontura, fadiga, ansiedade e depressão, e não tem origem conhecida.

760 mil inscrições

O Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), registrou 761.528 inscrições confirmadas na segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2). Com

pessoas inscritas de todos os estados brasileiros, de 4.951 municípios, o “Enem dos concursos” se consolidou como uma política pública que democratiza o acesso ao serviço público federal com equidade, inclusão e inovação, promovendo um serviço público com a cara do Brasil.

Enfrentamento à estiagem

Prever ações de resposta e assistência humanitária antes do agravamento do período de seca e estiagem. Esse é o principal objetivo do Plano Nacional de Enfrentamento à Estiagem Amazônica e Pantanal, criado pelo Governo Federal para estruturar uma atuação inte-

grada e coordenada entre órgãos federais no âmbito do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil.

O plano, ainda em elaboração, começou a ser divulgado nos estados mais afetados a partir da promoção de oficinas com gestores locais e técnicos da área.

Antes restrita à Amazônia, febre oropouche se espalha

Infecções foram confirmadas em 18 estados mais DF

Até 2023, a febre oropouche era uma doença quase exclusiva dos estados da Região Amazônica, mas este ano, o Espírito Santo, a quase 3 mil km de distância se tornou recordista de casos com 6.318 registros. Pesquisadores tentam entender o que levou a doença a se espalhar pelo Brasil, e gestores de saúde pensam estratégias para controlar a oropouche em meio a uma população sem nenhuma imunidade prévia.

Este ano, infecções por oropouche já foram confirmadas em 18 estados mais o Distrito Federal, somando 11.805 casos. Cinco pessoas morreram pela doença, 4 no Rio de Janeiro e 1 no Espírito Santo e há duas mortes sendo investigadas. Em praticamente todas as semanas, os casos deste ano superam os do ano passado, e a expectativa é que a soma de 2025 seja superior a quantia de 13.856 registrada em 2024. O número de mortos já é superior. No ano passado, foram quatro: 2 na Bahia, 1 no Espírito Santo e 1 em Santa Catarina.

A febre oropouche é causada por um vírus transmitido pelo mosquito Culicoides paraensis, mais conhecido como maruim ou mosquito-pólvora,



Pesquisadores tentam entender o que levou a doença a se espalhar

incidente em todo o país. Ela causa sintomas semelhantes aos de outras doenças transmitidas por mosquitos, como dengue e chikungunya, principalmente febre e dor na cabeça, músculos e articulações.

A infecção também pode causar complicações na gravidez, incluindo microcefalia, malformações e óbito do feto, assim como o Zika vírus. Por isso, o Ministério da Saúde recomenda que as gestantes que

vivem em áreas com registros da doença reforcem a proteção contra os mosquitos. Apesar da transmissão do vírus por via sexual ainda não ter sido comprovada, pessoas com sintomas também devem usar preservativo durante as relações sexuais como medida preventiva.

De acordo com o chefe do Laboratório de Arbovírus e Hemorrágicos do Instituto Oswaldo Cruz, Felipe Naveca, estudos genéticos mostram que os casos

que se proliferam no Brasil foram causados por uma nova linhagem do vírus, que surgiu no Amazonas, circulou pela Região Norte e depois se espalhou.

“E nós também conseguimos mostrar que esse cenário está muito relacionado com algumas áreas de desmatamento recente, principalmente no sul do Amazonas e no norte de Rondônia, que serviram como pontos cruciais para dispersão desse vírus”, complementa Naveca.

Aumento da licença-paternidade

Com o fim do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso regulamente a licença paternidade, o parlamento deve se debruçar sobre o tema na volta do recesso parlamentar, em 4 de agosto. Em dezembro de 2023, o STF deu 18 meses para o Congresso regulamentar esse direito. O prazo venceu em julho.

A decisão do STF veio após julgamento de uma ação apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS). Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Luís Roberto Barroso para reconhecer a omissão do Congresso em aprovar a regulamentação da norma. O entendimento foi seguido pelos demais ministros.

Atualmente, a licença para pais é de cinco dias consecutivos nos casos de nascimento de filho, adoção ou de guarda compartilhada. O direito está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi criado com a promulgação da



Tema será debatido no Congresso após recesso

Constituição de 1988.

Pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), regras criadas com a promulgação da Constituição, a licença de cinco dias deveria permanecer até o Congresso aprovar uma lei complementar para implementação definitiva, votação que até hoje, após 37 anos, não ocorreu.

Diversos projetos em tramitação no Congresso preveem períodos que estabelecem a licença de 15, 20 ou até 60 dias.

No rol de projetos, a Câmara dos Deputados “sai” na frente e já pode aprovar no plenário o projeto de Lei (PL 3935/08) que aumenta de cinco para 15 dias a licença-paternidade. Isso vai valer tanto para o pai biológico quanto para o adotivo. O projeto também garante ao pai estabilidade de 30 dias no emprego após o término da licença.

A proposta, que tramita desde 2008 e já foi aprovada pelo Senado, teve o regime de urgência aprovado antes do re-

cesso parlamentar. Com isso, o texto pode ir a votação diretamente no plenário, sem ter que passar por comissão da Casa.

Já o Senado debate diversos projetos para a regulamentação da licença-paternidade. Uma delas é a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/2023, que estende a licença-paternidade para 20 dias e amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias, inclusive em casos de adoção. O texto está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outro projeto em tramitação na Casa é o PL 6063/2024, que estabelece 180 dias de licença-maternidade e 60 dias de paternidade. A matéria prevê ainda um acréscimo nos períodos em caso de nascimentos múltiplos. A matéria ainda está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Um outro projeto, o PL 3773/2023, amplia gradualmente a licença-paternidade, começando em 30 dias e chegando a 60.

STF

Seminário sobre perspectivas e inovações no Sul Global

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoverá, no dia 4 de agosto, o seminário “Perspectivas e Inovações no Sul Global”. O evento ocorrerá das 10h às 12h, na sala da Segunda Turma do Tribunal. As inscrições estão abertas e podem ser feitas por meio deste formulário. A abertura será conduzida pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. Ele abordará a importância de repensar o direito privado sob a ótica do constitucionalismo brasileiro, para enfrentar desafios contemporâneos como as desigualdades estruturais, a proteção de direitos sociais e o acesso ao conhecimento e à saúde em contextos de crise.

STJ

Regularidade fiscal para Amazonas Energia

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luis Felipe Salomão, no exercício da presidência, atendeu ao pedido da concessionária Amazonas Energia para suspender a liminar que impedia a emissão, em seu favor, da certidão positiva de débitos fiscais com efeitos de negativa. Segundo o ministro, a decisão tem como objetivo evitar o possível colapso no fornecimento de energia ao estado do Amazonas, pois o documento é um requisito legal para o repasse de verbas essenciais à manutenção das atividades da empresa. Salomão destacou, entretanto, que a certidão precisa ser renovada periodicamente.

TCU

TCU aborda riscos em contratações de cibersegurança

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no dia 24 de julho, o workshop on-line “Contratações de SI: o que você não pode negligenciar”. O objetivo do evento foi capacitar gestores públicos, auditores, equipes de resposta a incidentes cibernéticos e responsáveis por contratações a identificarem e reduzirem riscos nas aquisições de soluções de segurança da informação. Durante o workshop, especialistas do TCU destacaram que falhas no planejamento, ausência de requisitos claros de segurança e compra de ferramentas ineficazes são problemas recorrentes que comprometem a efetividade das contratações.

TCU

Pós-graduação em Controle de Políticas Públicas

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola superior do Tribunal de Contas da União (TCU), está com inscrições abertas para o curso de pós-graduação lato sensu em Controle de Políticas Públicas. As aulas terão início em setembro deste ano. Podem participar da seleção gestores municipais que atuam na formulação e implementação de políticas públicas. A ação faz parte do programa Diálogo Público Municípios, que busca apoiar o aperfeiçoamento das gestões municipais.

As inscrições podem ser realizadas até o dia 1º de agosto. Serão ofertadas 10 vagas para gestores municipais. O curso terá duração de 18 meses, com 360 horas + TCC.